



Número: **0002206-31.2025.8.17.9000**

Classe: **Mandado de Segurança Cível**

Órgão julgador colegiado: **Seção de Direito Público**

Órgão julgador: **Gabinete do Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos**

Última distribuição : **03/02/2025**

Valor da causa: **R\$ 1.000,00**

Assuntos: **Anulação**

Nível de Sigilo: **0 (Público)**

Justiça gratuita? **NÃO**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **SIM**

Partes	Advogados
SPORT CLUB DO RECIFE (IMPETRANTE)	
	GUILHERME NOBREGA MENEZES DE MATOS (ADVOGADO(A))
GOVERNO DO ESTADO DE PERNABUCO (IMPETRADO(A))	

Outros participantes	
FEDERACAO PERNAMBUCANA DE FUTEBOL (TERCEIRO INTERESSADO)	
CONFEDERACAO BRASILEIRA DE FUTEBOL (TERCEIRO INTERESSADO)	

Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
45324252	03/02/2025 19:59	Decisão	Decisão

Seção de Direito Público

MANDADO DE SEGURANÇA Nº 0002206-31.2025.8.17.9000

IMPETRANTE: SPORT CLUB DO RECIFE

Advogado: Dr. GUILHERME NOBREGA MENEZES DE MATOS

**IMPETRADOS: GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO e
SECRETÁRIO DE DEFESA SOCIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

Relator: Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

DECISÃO INTERLOCUTÓRIA

Trata-se de **Mandado de Segurança** impetrado pelo **Sport Club do Recife** contra ato do **Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco**, consubstanciado na **Portaria nº 413/2025**, a qual determinou que as próximas cinco partidas do clube, realizadas em Pernambuco, fossem disputadas **com portões fechados, sem a presença de torcida**.

A medida foi adotada em razão de **conflitos entre torcidas organizadas** do Sport e do Santa Cruz, ocorridos em diferentes pontos da cidade do Recife, em 01/02/2025, **fora do estádio e antes do início da partida** válida pela 6ª rodada do Campeonato Pernambucano.

O impetrante, ao requerer a suspensão dos efeitos do ato coator, consubstanciado na Portaria nº 413, expedida pelo impetrado, Sr. Secretário de Defesa Social do Estado de Pernambuco, Alessandro Carvalho Liberato de Mattos, sustenta que o ato impugnado:

- 1. Não possui qualquer relação ou ingerência sobre os atos de violência praticados por terceiros, sendo ilegítima a punição imposta.**



2. **O ato administrativo não observou o devido processo legal**, não sendo oportunizada defesa prévia ao clube, configurando violação aos princípios do **contraditório e da ampla defesa**.
3. **Não há fundamentação adequada na Portaria**, afrontando o **art. 50 da Lei nº 9.784/99**, que exige motivação nos atos administrativos que restrinjam direitos.
4. A Lei Geral do Esporte (**Lei nº 14.597/2023**) **não permite a responsabilização automática do clube** por atos de torcedores, exigindo a **individualização da conduta**, conforme seus arts. 178, § 3º, e 201, § 1º, I e III.
5. A Portaria impugnada **causa prejuízos financeiros milionários** ao clube, além de comprometer contratos e a experiência dos torcedores.

Diante da iminência da partida agendada para **04/02/2025**, o Impetrante requereu **tutela de urgência**, para a **suspensão imediata da Portaria nº 413/2025**, permitindo a realização do jogo com público.

É o relatório. **DECIDO**.

Não há como negar os atos de selvageria e barbárie observados no encontro entre torcidas organizadas do Sport Club do Recife e do Santa Cruz Futebol Clube.

Os vídeos que circulam na internet não deixam qualquer dúvida sobre a gravidade dos fatos ocorridos.

Trata-se de questão de segurança pública, com episódios de violência registrados em diversos locais da cidade do Recife, sendo o de maior gravidade na Rua Real da Torre.

Mesmo após esse lamentável episódio, as autoridades de segurança pública do Estado de Pernambuco permitiram a realização da partida entre o Sport Club do Recife e o Santa Cruz Futebol Clube. Durante o jogo, não houve qualquer incidente que atentasse contra a segurança, a paz e o bem-estar dos frequentadores do estádio, seja antes, durante ou depois do evento.

Os lamentáveis fatos ocorridos em 1º de fevereiro de 2025, praticados por integrantes de torcidas organizadas em confronto entre eles, aconteceram horas antes da partida de futebol e fora das imediações do estádio.

Configura-se, assim, questão de segurança pública a ser combatida com medidas preventivas, inteligência e, se necessário, o uso da força estatal pelas autoridades competentes, mediante monitoramento e controle dos eventos esportivos.

O art. 179 da Lei nº 14.597/2023 dispõe expressamente que é obrigação do Poder Público, em todos os níveis, das organizações esportivas, dos torcedores e dos espectadores de eventos esportivos promover e manter a paz no esporte.

O art. 144 da Constituição Federal assegura que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio.

A Lei nº 14.597/2023, em seus §§ 3º e 5º do art. 178 e no art. 201, § 1º, I e III, estabelece que não se confunde a torcida organizada com a organização esportiva por ela apoiada. Além disso, determina que a torcida organizada responde civilmente, de forma objetiva e solidária, pelos danos causados por qualquer de seus associados ou membros no local do evento esportivo, em suas imediações ou no trajeto de ida e volta para o evento. Ainda, o art. 201 da referida norma responsabiliza os agressores por tumulto, prática de ato ou incitação à violência no raio de 5.000 (cinco mil) metros ao redor do evento esportivo ou durante o trajeto de ida e volta ao local da realização da partida.



O ocorrido em 1º de fevereiro de 2025 configura, de forma inequívoca, uma questão de segurança pública, na medida em que torcidas organizadas se reuniram e praticaram atos de barbárie amplamente divulgados pela mídia, fora do ambiente dos estádios.

Registre-se que não é a primeira vez que fatos dessa natureza ocorrem.

A concessão da tutela de urgência em mandado de segurança exige a presença concomitante da probabilidade do direito e do perigo da demora, nos termos do art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009.

No caso concreto, vislumbra-se o relevante fundamento jurídico na impetração.

A Lei Geral do Esporte (Lei nº 14.597/2023), em seu art. 201, § 1º, I e III, estabelece que a responsabilização do clube por atos de torcedores pressupõe a identificação dos responsáveis e a demonstração de sua relação direta com a entidade desportiva, o que não se verifica nos autos.

Além disso, o ato impugnado não foi precedido de qualquer procedimento administrativo que permitisse a conciliação ou o exercício do contraditório e da ampla defesa, configurando ofensa ao devido processo legal (art. 5º, LIV e LV, da Constituição Federal).

A ausência de fundamentação concreta da Portaria nº 413/2025, com a devida individualização das condutas e suas consequências, viola também o art. 50 da Lei nº 9.784/99, caracterizando abuso de poder, nos termos do art. 5º, LXIX, da Constituição Federal.

O *periculum in mora* resta igualmente evidenciado, pois a manutenção do ato impugnado impõe prejuízos financeiros expressivos ao impetrante e priva milhares de torcedores de acompanharem presencialmente os jogos, sendo



iminente a realização da próxima partida em 4 de fevereiro de 2025.

Considerando, no entanto, que os episódios relacionados ao clássico entre o Sport Club do Recife e o Santa Cruz Futebol Clube, realizado em 1º de fevereiro de 2025, resultaram em fatos graves, incluindo confrontos, ferimentos e fatalidades, causando clamor público e distúrbios à ordem pública.

Considerando que a segurança pública é princípio fundamental cuja obrigação recai sobre os órgãos competentes, demandando medidas eficazes para a prevenção da violência, especialmente diante de provocações em redes sociais e premeditações de ataques, inclusive com o uso de armas brancas e de fogo.

Considerando, ainda, a Recomendação nº 01/2025 do Ministério Público de Pernambuco, de 1º de fevereiro de 2025, que alertou as autoridades sobre o crescimento da violência associada ao futebol pernambucano, evidenciando um histórico de criminalidade crescente e a reincidência desses atos nos últimos anos.

Sendo assim, RESOLVO, à vista da relevância da fundamentação, requisito previsto no art. 7º, III, da Lei nº 12.016/2009, DEFERIR A MEDIDA REQUERIDA para suspender a eficácia da Portaria nº 413/2025, expedida pelo Exmo. Sr. Secretário de Defesa Social, mediante as seguintes condições:

1. Que a autoridade coatora se abstenha de impor a realização das partidas em que dispute o Sport Club do Recife (impetrante) ou qualquer outra agremiação desportiva, no Estado de Pernambuco, com portões fechados;
2. Seja permitida apenas a presença nos estádios de torcedores do clube que detenha o mando de campo durante o mês de fevereiro de 2025, sob responsabilidade do clube anfitrião;
3. As agremiações desportivas devem fechar o setor destinado às torcidas organizadas no mês de fevereiro de 2025;
4. A partir de 1º de março de 2025, as agremiações desportivas devem



implementar, na entrada dos estádios, públicos ou privados, o reconhecimento facial e a biometria de todos os torcedores, bem como adotar câmeras de vídeo para o monitoramento dos frequentadores, sob pena de multa de R\$ 100.000,00 por evento desportivo.

Notifique-se a autoridade apontada como coatora para o imediato cumprimento da presente determinação, nos termos do art. 7º, I, da Lei nº 12.016/2009, cientificando-se a Procuradoria-Geral do Estado para os devidos fins, com cópia da petição inicial.

Cumpra-se com urgência.

Recife, datado e assinado eletronicamente.

Des. Fernando Cerqueira Norberto dos Santos

Relator

02

